

farmlandgrab.org

the global rush for farmland and peoples' struggles against it



farmlandgrab.org

the global rush for farmland and peoples' struggles against it



English/all ▼

[Home](#) [About](#) [events](#) [Gallery](#) [Publish](#)

[Subscribe](#)

- [Subscribe](#)
- [Weekly archives](#)

Help

farmlandgrab.org

the global rush for farmland and peoples' struggles against it



farmlandgrab.org

the global rush for farmland and peoples' struggles against it



Search

- [English](#)
- [Español](#)
- [français](#)
- [Home](#)
- [Recent posts](#)
- [About](#)
- [Events](#)
- [Gallery](#)
- [Links](#)
- [Weekly archives](#)

[Subscribe](#)

Who's involved?

Select Category ▼

Archives

Select month ▼

Languages

日本語 ▼

Special content

[audio](#) [contracts](#) [off-topic](#) [video](#) [water](#) [wikileaks](#) [women](#)

Brasil: Patrus Ananias alerta para a legalização da grilagem com MP 759

Published: 27 Dec 2016

Short URL: <http://farmlandgrab.org/26810>

Posted in: **Brazil**[Comments \(0\)](#) [Print](#) [Email this](#)

0

0

1

[Tweet](#)

0

[Share](#)

0

[in Share](#)

1

27-12-2016, MST

É próprio de um governo golpista comprometido com o capital especulativo transnacional, que mira com olhos gulosos o solo de nossa pátria.

O deputado federal Patrus Ananias (PT-MG), ex- ministro do Desenvolvimento Agrário emitiu nesta terça-feira (27) uma nota tentando criar um alerta sobre a Medida Provisória 759, editada na surdina dos festejos de fim de ano com finalidade de alterar "todo o arcabouço legal agrário do país".



Ao alterar legislações hoje vigentes (leis 8.629/93, 11.952/09 e 13.001/004), a MP ameaça a soberania nacional e, na prática, breca qualquer processo de reforma agrária ao municipalizar a política fundiária. Todo este teor de mudança foi alijado de possibilidade aberta de debates na sociedade, principalmente com os sujeitos do campo.

"É um descalabro, sorrateiro, mas não surpreendente", adverte Patrus Ananias. E arremata: "é próprio de um governo golpista comprometido com o capital especulativo transnacional, que mira com olhos gulosos o solo de nossa pátria e cujo próximo passo será a alteração da Lei 5.079/71, para ampliar as possibilidades de aquisição de nosso território por estrangeiros.

Leia na íntegra:

MP VAI LEGALIZAR A GRILAGEM NA AMAZÔNIA

NOTA DO DEPUTADO PATRUS ANANIAS (PT-MG) e ex-ministro do MDA.

O governo publicou no Diário Oficial de 23 de dezembro a Medida Provisória 759, em que se mantém fiel a um autoritarismo sem povo, sem debate, sem nenhuma conversa com setores atuantes e organizados da sociedade civil.

Especialmente no campo, não há porque modificar todo o arcabouço legal agrário do país (leis 8.629/93, 11.952/09 e 13.001/04 e até mesmo a Lei de Licitações Públicas) sem debater com ninguém que vive no meio rural.

É vergonhoso excluir a democracia do processo da reforma agrária, onde ela tanto vicejou, seja na amplitude e no conhecimento de causa das grandes entidades de camponeses, como a CONTAG, a CONTRAF, o MST, a CNS, a CONAQ e outras, seja na participação de toda sociedade nas discussões de desenvolvimento rural, por meio de organizações interessadas no âmbito das igrejas, das universidades e nas nossas cidades.

A Medida Provisória 759 nos leva a vislumbrar o passo inicial de um grande retrocesso, que seria a municipalização da reforma agrária. É certo que os municípios têm importante papel de apoio nesta seara, mas a Constituição Federal exprime sabedoria ao designar, em seu artigo 184, a exclusividade do protagonismo da União na reorganização fundiária do território.

A nossa história demonstra que a grande força contrária a reformar o campo sempre foi a das oligarquias rurais locais, costumeiramente ligadas aos poderes políticos locais. E este é o sentido de nacionalizar o tema para se levar a sério uma reforma agrária. Mas há, na MP 759/16, a abertura de possibilidade para que, no futuro regulamento previsto, isso seja desfeito, contrariando o texto constitucional e tornando mais distante a execução da reforma agrária.

Por último, e principalmente, não podemos nos calar perante um ataque perpetrado pela MP 759 à preservação do patrimônio público e à soberania brasileira.

[Liberia: Cease governmental surveillance and harassment against human rights advocates defending land and natural resource rights. Send letter to President Sirleaf](#)

[Tell TIAA-CREF to go deforestation and land grab-free!](#)

Who's involved?

Select Category ▼

[Posts](#)

[Comments](#)

Recent posts

[A Odebrecht e a ocupação de terras em Angola](#)

31 Dec 2016 | No Comments

[Land grabbing: New colonialism and how about Eritrea?](#)

29 Dec 2016 | No Comments

[Second Protest & Request over the JICA's Intrigue against](#)

[Mozambican Peasants / 「プロ](#)

[サバナ事業に関する再抗](#)

[議・要請: JICAからの回答を](#)

[受けて」](#)

29 Dec 2016 | No Comments

[Urgent Protest & Request over the JICA's Intrigue against](#)

[Mozambican Peasants / 「緊急](#)

[抗議・要請: JICAによるモザ](#)

[ンブーク農民・市民社会来日](#)

[者への弾圧の試み」](#)

29 Dec 2016 | No Comments

[1000 ha à SENEGINDIA: le Collectif des producteurs de](#)

[Diokoul déchire l'arrêté du Sous-](#)

[préfet](#)

28 Dec 2016 | No Comments

[After Asia, palm oil faces backlash in Africa](#)

28 Dec 2016 | No Comments

[Brasil: Patrus Ananias alerta para a legalização da grilagem com](#)

Ao mudar a Lei 11.952/09 e a Lei 8.666/93, a MP 759 descaracteriza, amplia e perpetua o Programa Terra Legal. É um projeto criado especificamente para a Amazônia, onde planos federais de colonização reiterados desde a ditadura militar geraram problemas fundiários graves. O Terra Legal foi instituído para resolver aqueles problemas em um mutirão de 10 anos que separasse os que realmente seriam agricultores familiares - e por isso deveriam ter as terras regularizadas - dos grileiros e desmatadores, cujas terras deveriam ser retomadas para o patrimônio público.

A nova medida provisória acaba com essa separação, simplesmente tornando perene o programa até mesmo para áreas que não sejam regularizáveis por ocupação efetiva. Ou seja, possibilita a concessão e alienação de áreas para grileiros e, mais grave ainda, autorizando a pilhagem de nosso território, tornando a solução governamental não mais a retomada ética dessas áreas, mas a alienação para aqueles que as pilharam de nós. E, ainda, muda as regras para que, daqui em diante, esse processo não se resuma à Amazônia, mas se estenda a todo o território nacional.

É um descalabro, sorrateiro, mas não surpreendente. É próprio de um governo golpista comprometido com o capital especulativo transnacional, que mira com olhos gulosos o solo de nossa pátria e cujo próximo passo será a alteração da Lei 5.079/71, para ampliar as possibilidades de aquisição de nosso território por estrangeiros. Essa proposta já está em curso na Câmara dos Deputados, também com rito de urgência, para evitar qualquer debate que faça nosso povo perceber que a soberania nacional está sendo escandalosamente roubada.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2016

Source: [MST](#)



0



0



1

0

0

1

Post a comment

Name

Email address (optional - if you want a reply)

Comment

Introduza o texto

Submit

Links (resistance and actions)

- [Access to land](#)
- [Act Now! for a better PNG](#)
- [AFJN: Land grabbing campaign](#)
- [Afrique-Europe-Interact](#)
- [Alliance paysanne « Stop aux accaparements des terres »](#)
- [Appel de Dakar](#)
- [Asian Peasant Coalition](#)

[MP 759](#)

27 Dec 2016 | No Comments

[Paraguay: Policías resguardan fumigación en Guahory y detienen a campesinos](#)

27 Dec 2016 | No Comments

[Déclaration suite à l'arrestation de 5 membres du Collectif pour la défense des terres de Dioukou](#)

26 Dec 2016 | No Comments

[Organizações da Sociedade Civil do Niassa, Nampula e Zambézia “libertam-se” de Maputo graças aos dólares do ProSavana](#)

23 Dec 2016 | No Comments

[more...](#)

Languages

[Amharic](#) [Bahasa Indonesia](#) [Català](#) [Catala](#) [Dansk](#) [Deutsch](#) [English](#) [Español](#) [français](#) [Italiano](#) [Kurdish](#) [Malagasy](#) [Nederlands](#) [Português](#) [Suomi](#) [Svenska](#) [Türkçe](#) [العربي](#) [日本語](#)

Special content

[audio](#) [contracts](#) [off-topic](#) [video](#) [water](#) [wikileaks](#) [women](#)

Archives

Select month ▼

- [awasMIFEE!](#)
- [Cameroon Veritas](#)
- [Caravane ouest africaine pour la terre, l'eau et les semences](#)
- [Clean sugar campaign \(Cambodia\)](#)
- [CNOP](#)
- [Coalición contra el Acaparamiento - Colombia](#)
- [Collectif NOPALME](#)
- [Collectif pour la Défense des Terres du Ndiel](#)
- [Collectif pour la Défense des Terres Malgaches](#)
- [Declaration of the Global Convergence of Land and Water Struggles \(EN-FR-ES\)](#)
- [Et maintenant, nos terres](#)
- [FIAN](#)
- [Follow the money to justice](#)
- [Friends of Yala Swamp](#)
- [Gardarem la terre et la mer](#)
- [Global Land Grabbing II](#)
- [Green Scenery](#)
- [Infos acquisitions terres Afrique](#)
- [La Via Campesina](#)
- [Land Inc.](#)
- [Land Justice for West Africa](#)
- [Le Hub Rural](#)
- [MILDA](#)
- [No land no food no life](#)
- [Oakland Institute](#)
- [openlandcontracts.org](#)
- [Our land our business](#)
- [PANAP](#)
- [Paren aquí vive gente](#)
- [PCSF](#)
- [PLACE](#)
- [Plateforme pour une agriculture socialement durable](#)
- [Projet ReAct](#)
- [Re:Common](#)
- [SiLNoRF](#)
- [Stop Africa Land Grab](#)
- [STOP Land Grabbing](#)
- [Synergie Paysanne](#)
- [Thoranéy: the land issue in Cambodia](#)
- [World Rainforest Movement](#)
- [Zamana](#)
- [農地は誰のものか？](#)

[Home](#) | [About](#) | [Email](#) | [Privacy](#) | [RSS](#) | [Twitter](#) | [Facebook](#)

[Home](#) [About](#) [Email](#) [Privacy](#)

[grain.org](#)